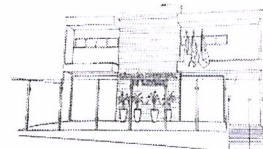


**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



20-NA

Ofício nº: 100/2025/GPUCR/LSD

Lavras, 17 de fevereiro de 2025.

À Sua Senhoria a Senhora  
**VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO**  
Assistente Legislativo  
Avenida Pedro Sales, nº 542, Centro  
CEP: 37.200-238

**ASSUNTO:** Resposta ao Ato de Expediente – Veto Projeto de Lei nº18/2024.

Prezado Servidor,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho informar a Vossa Senhoria que esta Presidência solicitou apreciação do Assessor Jurídico da Casa, Dr. Matheus Freire Lino, que se manifestou por meio do Parecer nº009/2025 (em anexo).

Desse modo, nos termos do Parecer nº009/2025 esta Presidência **encaminha o Veto nº 001/2024 ao Projeto de Lei nº018/2024, para deliberação do Plenário**, considerando a orientação exposta no Parecer da Assessoria Jurídica desta Colenda Casa de Leis. E, ainda que o parecer esteja classificado como opinativo, é por meio das razões legais, doutrinárias e jurisprudências nele elencadas que me assento para dar prosseguimento dar prosseguimento do processo.

Atenciosamente,

UBIRAJARA  
CASSIANO  
ROCHA:00753363  
674

Assinado de forma digital  
por UBIRAJARA CASSIANO  
ROCHA:00753363674  
Dados: 2025.02.17  
16:42:24 -03'00'

**UBIRAJARA CASSIANO ROCHA**  
*Presidente da Câmara Municipal de Lavras*

Câmara Municipal de Lavras - 330

**PROTOCOLADO**

Em: 17 / 02 / 2025

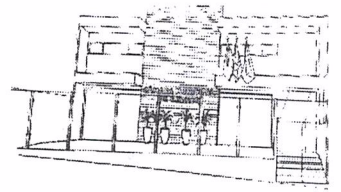
n.º 0447

PR

16.248h

Assinatura

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
ASSESSORIA JURÍDICA



**PARECER JURÍDICO 009/2025/CML/AJ/MFL**

**Referência:** Manifestação acerca da solicitação de retirada de Veto pelo Poder Executivo.

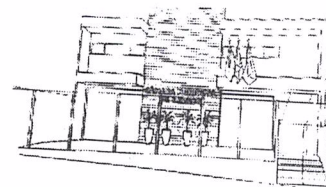
***Ementa: Questionamento é sobre possibilidade de retirada do Veto nº 001/2024 ao Projeto de Lei nº 018/2024.***

**1) RELATÓRIO:**

Primeiramente, impende salientar que, o Projeto de Lei nº 018/2024 foi encaminhado ao Executivo para sanção ou veto, conforme preconiza a legislação federal sobre o tema, bem como o Regimento Interno desta Casa Legislativa - Resolução nº 068/2011.

Seguindo os tramites regimentais e legais, o Poder Executivo protocolou nesta Casa Legislativa Veto nº 001/2024 ao Projeto de Lei do Legislativo de autoria do Vereador em Licença, Antônio Claret dos Santos, que pretende majorar a multa prevista na Lei Ordinária Municipal nº 4.670, de 25 de outubro de 2021, bem como passa a prever que o valor da multa cominada será dobrada caso haja nova denúncia após a aplicação de uma primeira penalidade.

*Cy*



Recibo o ofício, a Presidência desta Colenda Casa encaminhou a Assessoria Jurídica requerendo manifestação sobre o caso *in voga*.

É o breve relatório, passo a opinar.

## **2) DOS FUNDAMENTOS**

Inicialmente trago a baila o que aduz o Ofício nº 022/2025/PDM/Lss, senão vejamos:

"Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar, a RETIRADA DO VETO TOTAL anteriormente apostado ao Projeto de Lei do Legislativo nº 18/2024 (...)"

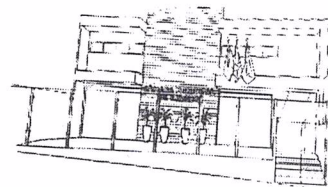
Uma das justificativas para a retirada do Veto é a ineficácia superveniente, pois assim reluz o Ofício supraepigrafado:

"2. INEFICÁCIA SUPERVENIENTE: Em decorrência da declaração de inconstitucionalidade, o veto anteriormente apostado tornou-se inócuo, não produzindo mais os efeitos jurídicos inicialmente pretendidos. "

Impende salientar que no presente caso em concreto, é justamente o Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo n. 18/2024, que "Altera o artigo 5º, caput e parágrafo único, da Lei n. 4.670, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação prévia sobre a



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
ASSESSORIA JURÍDICA

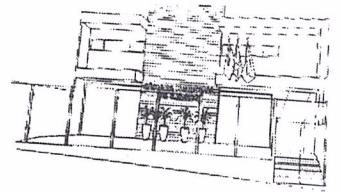


falta de fornecimento de água no Município de Lavras, e dá outras providências", **que se aprovado e mantido por essa Colenda Casa Legislativa**, extirpará do mundo jurídico o Projeto de Lei nº 018/2024, corroborando desta feita com a Declaração de Inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 4.670/2021, que foi objeto de alteração pelo Projeto de Lei n. 018/2024.

Há que salientar ainda, que a Declaração de Inconstitucionalidade foi em relação a Lei Municipal n. 4.670, de 25 de outubro de 2021 e não quanto ao Projeto de Lei do Legislativo n. 018/2024, que deverá seguir seu curso no Processo Legislativo até o final, com sua promulgação e publicação ou manutenção do Veto Total.

Nesta toada inclusive, esta Assessoria Jurídica, embora o voto em Plenário seja político, por questões jurídicas, orienta os Parlamentares desta Casa Legislativa, sob pena de total ineficácia do Projeto de Lei do Legislativo n. 018/2024 se o mesmo for promulgado, **pois, se o veto não for mantido, e se o Poder Executivo não promulgar a lei, nem o Presidente da Câmara, deve o Vice-Presidente promulgar, sob pena de responsabilidade, ou seja, em caso de não aprovação do Veto Total, necessariamente a Lei será promulgada, contudo sem eficácia alguma no mundo jurídico pela Declaração de Inconstitucionalidade da Lei Municipal n.4.670, de 25 de outubro de 2021,** a votar a favor do Veto Total supracitado, protocolado pelo Poder Executivo.

Por fim, considerando a Jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal sobre a impossibilidade de retirada de veto pelo Poder Executivo, esta Assessoria



Jurídica opina pelo encaminhamento do Veto n. 001/2024 ao Projeto de Lei n. 018/2024 ao Plenário desta Casa Legislativa para deliberação.

### **3) DA CONCLUSÃO**

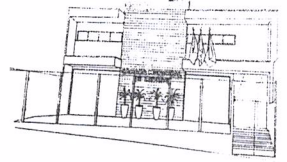
Portanto, por meio desta análise jurídica referente ao caso concreto, viabilizando a devida resposta nos moldes levantados pela solicitante por meio do Ofício n. 068/2025/GPUCR/LSD, opina esta Assessoria Jurídica pelo encaminhamento do Veto n. 001/2024 ao Projeto de Lei n. 018/2024 ao Plenário para deliberação e votação.

Câmara Municipal de Lavras, 14 de fevereiro de 2025.

  
**Matheus Freire Lino**

Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Lavras

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



**Ofício nº: 068/2025/GPUCR/LSD**

Lavras, 06 de fevereiro de 2025.

À Sua Senhoria o Senhor  
**MATHEUS FREIRE LINO**  
Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Lavras  
Avenida Pedro Sales, nº 542, Centro  
CEP: 37.200-238

Matheus L 07/02/25  
CFI

**Assunto:** Solicita manifestação acerca da solicitação de retirada de Veto ao Projeto de Lei.

Prezado Senhor Matheus Freire Lino,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho encaminhar a Vossa Senhoria para apreciação e manifestação por meio de Parecer o comunicado recebido por esta Presidência do Assistente Legislativo, Sr. Vítor Cazumbá Azevedo, que encaminhou o Ofício nº022/2025/PGM/Lss, de autoria da Chefe do Poder Executivo requerendo a retirada do Veto nº001/2024 ao Projeto de Lei nº018/2024 e Informações sobre nova propositura legislativa.

Diante do envio de retirada do Veto, solicito manifestação acerca dos procedimentos a serem adotados por esta Presidência no caso em tela.

Atenciosamente,

  
**UBIRAJARA CASSIANO ROCHA**  
Presidente da Câmara Municipal de Lavras



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Coordenadoria Legislativa - COLEG**

Veto nº 1/2024, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 18/2024

**ATO DE EXPEDIENTE**

De ordem, nos termos do § 2º do art. 232 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras, remeta-se à Presidência e às Comissões desta Casa o Ofício nº 22/2025/PGM/Lss, de autoria da Chefe do Executivo, que requer a **RETIRADA** de Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 18/2024, para conhecimento, na forma regimental.

**VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO**

*Assistente Legislativo*

*Dir. Constitucional e Administrativo*

Câmara Municipal de Lavras - MG

**PROTOCOLADO**

Em: 05 / 02 / 25

n.º 0305 17:29h

  
Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



**OFÍCIO Nº: 022/2025/PGM/Lss**

Lavras/MG, 04 de fevereiro de 2025.

**ASSUNTO:** Retirada do Veto nº 001/2024 ao Projeto de Lei nº 018/2024 e Informação sobre Nova Propositura Legislativa

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Com os devidos cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar, a RETIRADA DO VETO TOTAL anteriormente aposto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 18/2024, que "Altera o artigo 5º, caput e parágrafo único, da Lei nº 4.670, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação prévia sobre a falta de fornecimento de água no Município de Lavras, e dá outras providências".

A retirada do veto fundamenta-se nas seguintes considerações técnico-jurídicas:

1. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: O Projeto de Lei nº 18/2024 foi objeto de decisão judicial que declarou sua inconstitucionalidade por vício de iniciativa, uma vez que a matéria em questão é de competência privativa do Poder Executivo.

2. INEFICÁCIA SUPERVENIENTE: Em decorrência da declaração de inconstitucionalidade, o veto anteriormente aposto tornou-se inócuo, não produzindo mais os efeitos jurídicos inicialmente pretendidos.

3. NOVA PROPOSITURA LEGISLATIVA: Em observância à competência constitucional e visando atender ao interesse público subjacente à matéria, o Poder Executivo elaborou e encaminhou a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 004/2025, que versa sobre o mesmo tema, adequando-o aos preceitos constitucionais e legais vigentes.

Câmara Municipal de Lavras - MG

**PROTOCOLADO**

Em: 05 / 02 / 25

n.º 0300 16:26h

Assinatura



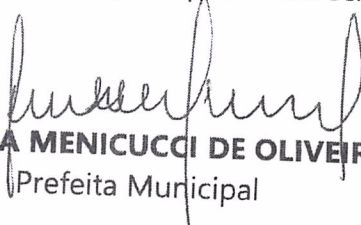
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência que considere sem efeito o Veto nº 001/2024, anteriormente comunicado por meio do Ofício nº 382/2024/PGM/PACons, datado de 27 de dezembro de 2024.

Ademais, requeiro que seja dado prosseguimento à tramitação do novo Projeto de Lei nº 004/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que aborda a matéria em conformidade com os ditames constitucionais e atende às necessidades da população do Município de Lavras.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

  
**JUSSARA MENICUCCI DE OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

Exmo. Presidente da Câmara Municipal  
**Ubirajara Cassiano Rocha**  
NESTA